



O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há quórum o regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Expediente.

Declaro como lidos os expedientes recebidos pela Comissão até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página CMO na Internet.

Apreciação da ata.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata por ter sido distribuída antecipadamente. Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. e Sras. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

Coloco em votação a Ata da 5ª Reunião Ordinária, realizada no dia 27 de agosto de 2019.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está em votação da representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Ordem do Dia.

Item 1. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 11, de 2019, da Presidência da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e Eleitoral, crédito especial no valor de 3 milhões e 665 mil reais, para os fins que especifica.

Relator: Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Ao projeto foram apresentadas três emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo.



Quanto às emendas apresentadas, o Relator indicou pela inadmissibilidade as Emendas nºs 2 e 3 e ofereceu voto pela rejeição da Emenda nº 1.

O prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regimento Interno da CMO.

O Relator está com a palavra para a apresentação do seu relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (PSB - PB) - Sr. Presidente, meus cumprimentos. Boa tarde. Primeiro, agradeço a V.Exa. a confiança ao designar-me a missão de relatar essa proposta ao Congresso Nacional.

Perguntaria a V.Exa., obviamente indagando o nosso colegiado de Senhoras e Senhores Parlamentares, se eu poderia ir direto à análise, para encurtar a apresentação, já que V.Exa. mencionou e detalhou em ementa do que se trata.

"2. Análise.

Do exame da proposição, entendemos que a proposta está formulada em conformidade com o disposto na Constituição Federal, na Lei nº 4.320, de 1964, na Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), na Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 (LDO 2019) e na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 (PPA 2016/2019).

A proposição encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva incluir programações na Lei Orçamentária vigente — Lei Orçamentária de 2019.

Conforme assinalado na Exposição de Motivos, de conhecimento das Sras. Parlamentares e dos Srs. Parlamentares, a aprovação do crédito é neutra do ponto de vista da obtenção da meta de resultado primário, além de não interferir no limite de gasto primário estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, porque, embora novas programações de natureza primária estejam sendo criadas, a origem de recursos para seu atendimento é a anulação de gastos de igual natureza.

Avaliamos ainda que o projeto está redigido em conformidade com os princípios e regras de técnica legislativa, mormente no que se refere à observância da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Vale salientar, Sr. Presidente, que a análise dos cancelamentos presentes no crédito indica que não são oferecidas programações de execução obrigatória decorrentes da aprovação de emendas individuais e de bancadas estaduais.



No que se refere ao mérito, o exame das programações a serem criadas, em conjunto com as informações fornecidas na Exposição de Motivos, leva ao entendimento de que o crédito em geral é conveniente e oportuno.

A Emenda nº 1 pretende cancelar a aplicação de recursos na construção de cartório eleitoral em Ribeirão Claro – PR e na instalação de cartório eleitoral em Camaragibe – PE e, por outra via, evitar redução equivalente na ação “Julgamento das Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral”. Ocorre que a proposta apenas remaneja recursos no âmbito da Justiça Eleitoral. Em que pese a preocupação revelada pelo nobre autor da emenda com o custo das construções no setor público, ao nosso sentir, tal remanejamento de recursos insere-se no contexto do mérito administrativo, sem que existam consequências fiscais negativas. Portanto, propomos a rejeição da Emenda nº 1.

Em relação às Emendas nºs 2 e 3, que pretendem alocar mais 2 milhões de reais na ação “Implantação de Sistema de Energia Solar na Justiça Federal da 1ª Região”, para implantação de usinas de energia solar nas seções judiciárias de Teresina-PI e Uberaba-MG, com cancelamento de mais 2 milhões de reais da ação “Construção do Edifício Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região”, há óbice constitucional e legal à sua admissão.

Note-se que já consta do projeto o cancelamento de 2 milhões de reais na mesma ação. Caso a emenda viesse a ser acolhida, o cancelamento totalizaria 4 milhões de reais. Portanto, o valor total do crédito seria majorado em 2 milhões de reais.

De acordo com o art. 63, inciso I, da Constituição Federal, não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República. Por sua vez, a Resolução nº 1, de 2006-CN, em seu art. 109, inciso IV, determina que as emendas em crédito adicional não serão admitidas quando ocasionarem aumento no valor original do projeto, salvo para corrigir erros e omissões de ordem técnica ou legal.

Entendemos que a administração pública deve aproveitar o potencial da energia solar, o que, em médio e longo prazos, gerará economias para o Estado. Contudo, nesta oportunidade, diante do comando constitucional e legal, não resta alternativa a não ser inadmitir as Emendas nºs 2 e 3.



Por isso, nos termos do art. 146, § 1º, da Resolução nº 1, de 2006, indico, em demonstrativo anexo, as Emendas nºs 2 e 3 para serem declaradas inadmitidas pelo Presidente da CMO.

3. Voto

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 11, de 2019, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradecendo ao Senador Veneziano Vital do Rêgo pelo brilhante relatório, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas nºs 2 e 3 indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão e o prazo para a apresentação de destaques estão encerrados.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório está aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Item 2. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 12, de 2019, do Congresso Nacional, que abre ao orçamento fiscal da União, em favor da Justiça Federal e Eleitoral, crédito suplementar no valor de 13 milhões, 379 mil, 410 reais para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente. Relator: Deputado Júnior Mano.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Voto.

Pela aprovação do projeto de lei, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

O Relator está com a palavra para a apresentação do seu relatório.



O SR. JÚNIOR MANO (PL - CE) - Sr. Presidente, colegas Deputados, irei direto ao voto.

"A presente proposição se acha articulada à modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, por objetivo reforço de dotação já constante da Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019) e ser formulada de acordo com que determina o art. 43 da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 (LDO/2019).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN 12, de 2019, na forma proposta pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão.
(Pausa.)

A discussão está encerrada.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

Primeiro, boa tarde a V.Exa. e a todos.

Em que pese o Presidente desta Comissão ser homem de muito prestígio, nosso Senador Marcelo Castro, a nossa Comissão está cada vez mais desprestigiada. Até em nossa tradicional sala não nos reunimos mais. Ou seja, perdemos a importância para a reforma tributária, Deputado Cacá Leão.

Eu queria, mais uma vez, Sr. Presidente repetir uma ladainha. Eu sei que V.Exa. é uma pessoa religiosa, de tradição católica, lá de São Raimundo Nonato, discípulo de São Raimundo Nonato, e sabe que na missa tinha a velha ladainha — não existe a velha ladainha? Então, vou repetir a minha ladainha aqui hoje, Presidente: o Governo não cumpriu o acordo do PLN 4. As bolsas de estudo foram cortadas, não tem dinheiro para pagar bolsa de estudo agora em setembro, Presidente. O programa Minha Casa, Minha Vida, como o nosso Senador lembra aqui, está parado.

O povo do Nordeste anseia pela transposição, Senador. Embora V.Exa. seja de Brasília, sua origem é o Nordeste. E posso dizer que Minas Gerais é também Nordeste, ainda mais se V.Exa. for do norte de Minas, que está até na CODEVASF, Senador Izalci.



Minas está na CODEVASF, porque está no Nordeste também. O norte de Minas está na CODEVASF.

Portanto, repito: não tem dinheiro para a transposição do Rio São Francisco. A educação é só corte. Eu já disse que esse Ministro deveria se chamar, em vez de Abraham Weintraub, Abraham "vem-e-trava" a educação; mas, na verdade, é Abraham "vem-e-corta" a educação. O homem só faz cortar! Ele não faz outra coisa! Não tinha aquele filme intitulado "Eduardo Mãos de Tesoura"? Esse Ministro é o Abraham "Mão de Tesoura"... Esse Ministro só faz cortar. *(Risos.)*

Não deem risada, não, porque isso é sério...

Não podemos votar nada nesta Comissão, Presidente.

Esse Governo precisa respeitar esta Comissão e este Parlamento. Acordo é para ser cumprido.

Lá no Piauí, em São Raimundo Nonato, acordo é como fio de bigode: tem que fazer e tem que cumprir. Eu aprendi isso na minha juventude, andando em São Raimundo Nonato. É ou não é?

Esse Governo não cumpre acordo, Presidente. Nós não podemos, de forma nenhuma, aceitar que a educação brasileira continue sendo garroteada. O Ministro da Educação só faz cortar recursos para a educação. Vim agora em um avião com o presidente da ANDIFES, que está preocupadíssimo. Semana passada, enfrentamos uma greve de vigilantes, porque há 10 meses não se pagava a empresa. E não é porque o reitor é caloteiro, não; pelo contrário, é homem sério. Isso está ocorrendo porque o Ministério não está repassando recursos para as universidades e para os institutos federais de educação tecnológica — refiro-me a recursos para custeio, o que é pior; nem é para investimento, é recurso para custeio.

No CNPq, o Dr. Nicolelis, um dos maiores cientistas do mundo, está denunciando que vamos ter fuga de cérebros do Brasil. O Ministério acaba de cortar recursos para ciência e tecnologia, para bolsas de estudo. São mais de 60 mil bolsas que estão sendo cortadas e contingenciadas. O programa Minha Casa, Minha Vida está parado; a transposição do Rio São Francisco está parada, Presidente.

Eu pergunto a V.Exa. o que esta Comissão de Orçamento, este Parlamento e este Congresso vão fazer diante dessa quebra de palavra? Eu não vejo mais a Deputada Joice Hasselmann aqui...



(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Não, o Deputado Cajado, não. Acho que V.Exa. está sendo injusto. O Deputado Cajado é Líder do Governo desde a época de Fernando Henrique Cardoso, passando por Lula, por Dilma, por Temer e, agora, por Bolsonaro. *(Risos.)*

Os Líderes passam, e o Deputado Cajado e o nosso ex-Senador Romero Jucá ficam.

Aliás, há uma célebre frase de um Deputado que disse: *"Não tenho culpa se os governos mudam; eu permaneço na mesma posição"*.

Eu não vejo nem a Deputada Joice Hasselmann aqui. Semana passada, eu fiz essa pergunta, e ela ficou toda vermelha, toda corada, porque ela sabe muito bem que o acordo não foi cumprido. E nós não podemos aceitar isso como se fosse uma coisa normal...

A Amazônia e o País pegando fogo, e o Presidente aí tocando lira... Lembra-me até um personagem histórico de Roma. Roma pegando fogo e o imperador Nero tocando lira. E eu me refiro também ao embaixador, porque tem outra história meio cabeluda de um rapaz que diz que sabe fritar hambúrguer, mas se refere ao um lugar onde não se fritam hambúrguer. Enfim, é uma confusão que ninguém sabe esclarecer.

Segundo o Deputado Cajado, é "Bolso-Nero"? Eu não falei isso. Mas eu acho que V.Exa. me deu uma luz.

Então, Sr. Presidente, não podemos aceitar isso.

Eu quero dizer que nós estamos em obstrução. Enquanto o Governo não cumprir o PLN 4, a nossa disposição é de não aprovar nada nesta Casa.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu queria falar antes de V.Exa. o seguinte: na reunião passada, eu assisti à Deputada Joice Hasselmann — não tenho aqui a procuração dela — dizendo que já estava encaminhada a questão do Minha Casa, Minha Vida...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Tudo gerúndio, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - ...da universidade e da transposição do Rio São Francisco. Enfim, ela disse que todos os aspectos legais já



tinham sido providenciados e que estava faltando só o financeiro, que iria ser aportado agora em setembro. Foi o que ela falou aqui.

E, quando nós fomos para o Plenário do Congresso Nacional, ela veio falar comigo muito sorridente, muito contente...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Como sempre...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Estou transmitindo aqui o que ela me passou. É evidente que a responsabilidade é dela. E ela disse também que o único item que estava faltando era o relativo às bolsas do CNPq, cujo valor era 330 milhões e sobre o qual ela havia declarado aqui que ainda não tinha encontrado uma solução, disse ela que já tinha encontrado a solução.

Então, a Deputada Joice Hasselmann não está aqui, mas vejo alguns Líderes e Vice-Líderes do Governo — e eu não os estou provocando.

Vou passar agora a palavra ao Deputado Bohn Gass, que pediu para discutir a matéria.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sim, Presidente, colegas Deputados e Senadores, eu estou na mesma linha do Deputado Nelson Pellegrino. Aliás, quero lembrar o que ocorreu na nossa reunião quarta-feira passada: nós estávamos aqui obstruindo, obstruindo; querendo garantias para não haver cortes e o Governo garantir o recurso, no caso específico, para o CNPq; e todos tinham pressa porque teria sessão do Congresso. Aí, nós fomos para a sessão do Congresso e qual foi o resultado? A sessão do Congresso sequer apreciou os vetos, sequer conseguiu apreciar os vetos...

E, num certo momento, éramos nós, da Oposição, Deputado Pellegrino, fazendo a obstrução. Porém, passados alguns momentos, a base do Governo começou a fazer obstrução... E aí eu fiquei na dúvida: por que a base do Governo faria obstrução? Haveria uma explicação lógica sobre isso? Por que a base do Governo faz obstrução? Seria o assunto do PLN 18, que não garante a liberação de recursos por causa do tema da votação da Previdência? O povo está começando a reclamar! O povo está vendo que quem ia se aposentar não vai mais se aposentar; que quem ia se aposentar por 1.700 vai se aposentar por 1.200...

Então, eu não sei o que está havendo. Eu não sei por que a base do Governo fez obstrução. Realmente, não tenho explicação. Agora, o que é preocupante é que — e essa é uma insistência que nós vamos fazer aqui agora — nós não podemos votar sem ter a



garantia do Governo! E digo isso porque o Governo fala que vai repassar os 330 milhões, mas ele não diz quando.

E eu, pessoalmente, perguntei à Líder do Governo, a Deputada Joice Hasselmann, como é que vai ser: o Governo vai mandar um PLN? Quando é que vai mandar? Não nos foi dada essa garantia.

Então, enquanto nós não tivermos a garantia de que os 84 mil estudantes bolsistas do CNPq não encerrarão suas pesquisas... A gravidade do tema é a seguinte: eles estarão interrompendo pesquisas, pesquisas que não vão ser concluídas este ano. Bom, o Brasil, realmente, quer ficar no atraso?! É isso?! Então, que não concluamos as pesquisas! Mas nós não queremos o atraso do Brasil.

O "Bolso-Nero" — aliás, o Bolsonaro —, que está caindo rapidamente nas pesquisas, nas duas pesquisas que saíram nesse final de semana, talvez não queira o avanço do Brasil, porque ele está destruindo e autorizando, inclusive, indiretamente, as queimadas. E também lá se está destruindo pesquisa. Mas nós queremos o avanço do Brasil. Portanto, nós queremos exigir aqui 330 milhões. Quando virão?

E mais do que isso, para eu concluir a minha fala, Presidente: sexta-feira o Governo divulgou o Projeto de Lei Orçamentária Anual — PLOA para o ano que vem, 2020. Não sei se os nobres colegas Deputados já localizaram, mas o Ministério da Educação — MEC, que tinha autorizado 23 bilhões para o ano de 2019 — 23 bilhões —, coloca no Orçamento agora, para o ano de 2020, 15,74 bilhões de reais... É claro que, com as emendas parlamentares, pode-se chegar a 17 bilhões de reais.

E faço referência a esse tema e também ao tema relativo à CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Estamos falando de formação para pesquisa, doutorado, mestrado. Cerca de 11 mil bolsas já sumiram. A notícia do final de semana é que não haverá mais 5 mil e 600 pesquisas. Portanto, 16 mil pesquisas não existirão este ano na CAPES. E o orçamento da CAPES, que é de 4,13 bilhões de reais, vai ter uma redução de 2,10 bilhões de reais para o orçamento do ano que vem. Para as unidades universidades federais, o orçamento caiu de 6,7 bilhões de reais para 4,4 bilhões de reais.

Sr. Presidente, eu quero falar agora da Emenda Constitucional nº 95, porque, no momento em que nós reduzimos o orçamento, os gastos para o orçamento seguinte terão o seu total apenas corrigido pela inflação. Nós aprovamos isso na Emenda Constitucional.



E não haverá reação, porque o próprio Paulo Guedes veio aqui dizer que precisaria fazer as reformas, porque não precisaria mais usar tanto a regra de ouro, que este ano foi de 248 bilhões de reais. Indago se V.Exas. chegaram a olhar o quanto vai ser a regra de ouro para o ano que vem. Vai ser 367 bilhões de reais, o que representa um terço de um trilhão, que é o valor que ele quer economizar tirando a aposentadoria do povo! Trata-se de um terço, que são 367 bilhões de reais.

Não é possível que venhamos votar essa matéria aqui. Anteriormente, votamos açodadamente a matéria e não fizemos o debate. Na última vez, os Deputados se inscreveram para dizer "*Voto com o Governo*", mas não se fez debate nenhum.

Portanto, eu quero fazer o debate nesta Comissão. Fizeram uma reunião com tanta pressa, foram para a sessão do Congresso, e o Congresso sequer vetou. Isso é um triplo de desprezo a esta Comissão!

Portanto, para valorizar a Comissão, vamos cobrar do Governo, para que este recurso seja posto e não haja esses cortes tão fortes para o Orçamento da PLOA — Projeto de Lei Orçamentária Anual, de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra a nobre Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Nobre Presidente, Senador Marcelo Castro, Sras. e Srs. Deputadas, Senadores, primeiro, gostaria de dizer que o sou suplente desta Comissão. Quem tem feito a representação do PCdoB aqui é o Deputado Orlando Silva, que vai estar ausente nos próximos dias, em razão do nascimento de seu bebê. Portanto, S.Exa. dará assistência ao novo brasileiro que chega.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Isso é muito justo.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - V.Exas. podem ver que o Deputado Orlando Silva gosta muito de criança.

Eu gostaria de dizer, portanto, que neste momento a discussão do Orçamento, mais do que nunca, ganha relevo no Brasil. E quero dizer que essa discussão ganha um relevo estratégico, porque este Parlamento tem buscado se afirmar e se colocar para a sociedade, especialmente garantindo grandes unidades em relação à pauta democrática, à preservação da democracia.

Dividimo-nos em pautas econômicas, mas temos combatido um certo fundamentalismo econômico, político, especialmente no campo da democracia.



Parece-me que, neste momento, Senador Marcelo, esta Comissão precisa — e essa é minha observação, apesar de não estar aqui no cotidiano — que se faça uma imersão sobre a estratégia do Governo, do Poder Executivo, para a peça orçamentária.

Há esses cortes que foram aqui mencionados pelo Deputado Nelson Pelegrino, que mostrou a fratura exposta do diagnóstico orçamentário — assim como fez o Deputado Bohn Gass. Na verdade, esse orçamento precisa ser mitigado por esta Comissão. Nós vamos mergulhar de que altura? E nós vamos mergulhar em que profundidade? Senador Marcelo, a realidade é duríssima.

Aqui, hoje, às 4 horas e 30 minutos, eu vou acompanhar os reitores em uma reunião com Presidente da Casa. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES, Fundação vinculada ao Ministério da Educação, anunciou, no dia 2 de setembro, o corte de 5.613 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, bolsas que estavam previstas para os 4 meses restantes do ano.

Segundo a CAPES, foram preservadas as bolsas para a formação de professores em educação básica. Mas a própria educação básica, Deputado Nelson, já sofreu um corte de 30%, e o FUNDEB — Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação está, neste momento, ameaçado de acabar.

As bolsas cortadas seriam ofertadas de setembro a dezembro. No entanto, nós não temos garantia dos 3 bilhões e 300 milhões de reais que nós teríamos necessidade para chegar com a mínima dignidade ao final do ano em vigência.

Infelizmente, isso faz com que a Associação Nacional de Pós-Graduandos — ANPG e diversas Associações de Pós-Graduandos repudiem o anúncio feito pelo Ministério da Educação, porque se cortou pela metade o orçamento da CAPES para 2020, e os valores caíram de 4,2 bilhões de reais para 2,2 bilhões de reais, além desse acintoso bloqueio de mais de 5.600 bolsas da instituição. Já chegam, portanto, a 11.800 bolsas cortadas em menos de 6 meses.

Quer dizer, nós estamos diante de um impacto gigantesco em relação à pós-graduação e às universidades, que tiveram as suas verbas cortadas, com a tentativa de sinonímia de contingenciamento.

E, ainda assim, vamos discutir de maneira natural a peça orçamentária?...

Eu acredito que seja necessário um debate de fôlego com o Poder Executivo. De fato, seria importante que a Líder do Governo se fizesse presente. Temos presentes aqui



o Líder e também Vice-Líder no Congresso Nacional, que é o Deputado Cajado. Mas eu penso, francamente, que não se vai ter, Deputado Cacá Leão, a possibilidade de abrir um *campus* do Instituto Federal em Jaguaquara de novo, porque não se tem como mantê-lo. Nem a reitora eleita para o Instituto Federal da Bahia foi nomeada — mais uma absurda intervenção do Ministro.

Nós vamos obstruir a votação e as votações, porque o cenário é nebuloso, a situação é preocupante e o futuro é incerto.

Por isso, torna-se necessária uma ação política, coletiva deste Parlamento e desta respeitosa Comissão, para que o Orçamento possa ser votado, não como um cheque em branco, mas como uma peça realista e que vá ao amparo das necessidades nacionais.

É assim que penso, Sr. Presidente.

Por isso, estamos também em obstrução como elemento de comportamento para o PCdoB nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não havendo mais quem queira discutir a matéria...

Tem a palavra o Senador Izalci Lucas, para discutir a matéria, por até 5 minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sr. Presidente, informo a todos que participei ontem de uma reunião da Liderança com o Executivo. Como testemunhei aqui o acordo que foi feito, tive a oportunidade de cobrar, na referida reunião, com a presença do General Ramos e, inclusive, da Deputada Joice, o cumprimento deste acordo.

A posição do General que assumiu recentemente o Ministério é a de que eles vão achar uma alternativa para isso.

Quanto à questão do orçamento, tenho de lembrar que quem aprovou o orçamento para as bolsas na área da educação, assim como o orçamento, de modo geral, foi esta Comissão. Nós já o aprovamos. Esse limite até setembro foi aprovado por esta Comissão. Nós não aprovamos recursos suficientes para pagar as bolsas até o fim do ano.

Então, eu não tenho nenhuma dúvida de que o Governo vai cumprir esse acordo. Ontem fiz questão de cobrar do Governo essa posição e, inclusive, marquei uma reunião, para a próxima quinta-feira, no Senado, com as Comissões de Educação, de Ciência e Tecnologia e Finanças e Tributação, exatamente com o pessoal do CNPq.



Quanto às bolsas, está sendo feito um ajuste na CAPES. Estão sendo cortadas aquelas que não foram ainda implementadas. Não se trata de corte de bolsa, apenas não foram dadas novas bolsas porque está sendo feito um ajuste.

O recurso público tem de ser, de fato, muito bem aplicado. Não dá para pegar recurso público e soltá-lo, tal como fizeram nos últimos anos. Os escândalos do PROUNI, do FIES e dessas bolsas estão aí e serão apurados.

O Governo está fazendo um esforço para retomar essa questão. Mas eu quero aqui ressaltar que a Deputada Joice estava na reunião, e nós cobramos o cumprimento do acordo juntos. Com certeza, o Governo terá de cumpri-lo, até porque aqui no Parlamento o que vale é a palavra, e nós não podemos realmente fugir disso.

Temos o desafio do orçamento do ano que vem. Nós aprovamos a Emenda Constitucional nº 95, do Teto de Gastos, na perspectiva da aprovação da reforma da Previdência no Governo Temer. Não foi aprovada a reforma da Previdência, mas foi aprovado o teto e, agora, vêm as consequências.

A reforma da Previdência, que será aprovada agora no Senado, só terá reflexo em 2020 ou em 2021. Portanto, o orçamento de 2020 vai ser muito mais apertado. Mas eu espero, no acordo, ser o Relator na área da educação, e nós vamos ter de buscar uma alternativa para isso. Nós aqui vamos encontrar essa alternativa, para realmente melhorarmos a qualidade na educação. Mas queremos garantir que o recurso público seja mais bem aproveitado. Não dá para fazer como foi feito nos últimos anos: o gasto do dinheiro público sem nenhum critério, sem nenhuma organização. Nós vamos retomar e organizar essa questão.

Eu só queria dizer aos nossos colegas que nós — eu, inclusive, agora como Vice-Líder do Governo no Senado — estamos cobrando o acordo feito aqui. Nós não abrimos mão realmente das bolsas do CNPq. Eu mesmo estou promovendo, na quinta-feira, uma audiência no Senado.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Claudio Cajado, por até 5 minutos.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, gostei da disciplina de V.Exa. comigo. Os demais falaram por mais tempo, mas cumprirei rigorosamente o desejo de V.Exa.



Presidente, eu só queria aqui dizer três coisas. Primeiro: o Governo do Presidente Bolsonaro tem a nítida noção de cumprir a lei de responsabilidade fiscal. O que está acontecendo é uma brutal falta de recursos em determinadas áreas, em função de a receita não ter se efetivado. Quem acompanha o orçamento e a receita pelos *sites* oficiais do Governo sabe que estamos tendo problemas de receita. Porém, a partir deste mês, a perspectiva começa a melhorar.

Nós já temos uma previsão do Banco Central de crescimento do PIB de mais de 2% acima do que estava previsto. Nós estamos com uma expectativa, para este mês de setembro — e aí eu quero chamar a atenção do Deputado Bohn Gass e do Deputado Nelson Pellegrino —, de que vão se efetivar receitas provenientes de instituições financeiras. Chegando esses recursos, o contingenciamento será feito em áreas como a da educação.

Existe, de fato, o acordo. Nós agradecemos muito o entendimento que as Oposições tiveram naquele momento em que votamos o PLN 4. Porém, nós não podemos descontingenciar o orçamento sem que a receita se efetive. Esta compreensão não é ideológica, não é uma compreensão de vontade, mas de expectativa de que as coisas aconteçam de fato.

Então, já votamos um PLN e há mais dois para serem votados — é isso que eu quero deixar como uma solicitação nossa. Nós estamos aqui querendo votar recursos para moradias e agentes da Polícia Rodoviária Federal, para o Ministério do Meio Ambiente, para a Justiça Federal e a Justiça Eleitoral, inclusive a do Ceará — terra do Relator, Deputado Domingos Neto.

Esses PLNs — e aí, Deputado Pellegrino, eu peço que V.Exa. compreenda — são importantes para determinadas áreas. Nós vamos deixar de votar recursos para beneficiar o TRF da Primeira Região? Penso que não. Vamos deixar de dar suporte à Polícia Rodoviária Federal, ao Ministério do Meio Ambiente, que está sendo extremamente demandado neste momento? E esses recursos estão sendo suplementados para dar recursos aos funcionários, aos servidores públicos.

Portanto, eu queria que V.Exas. entendessem que o Governo não fugirá do acordo feito. Eu aqui falo pela Líder, Deputada Joice Hasselmann. Nós estamos conversando permanentemente com alguns Ministérios. Estive hoje pela manhã, às 11h30min, com o Ministro da Educação, Abraham, e ele me afirmou que existe, por parte do Ministério da



Economia, a informação de que neste mês de setembro será descontingenciada mais uma parte dos recursos para o Ministério da Educação.

Dentre os quatro pontos do acordo nós estamos cumprindo, o único que está efetivamente em aberto porque esgotou o orçamento são as bolsas do CNPq porque virá um projeto de lei suplementar. Nós estamos insistindo nisso.

Este acordo foi feito pela Liderança do Governo, mas é um compromisso de todos os Congressistas que votaram unanimemente. Então, ninguém pense aqui que nós estamos jogando para a plateia. Pelo contrário, nós estamos demonstrando responsabilidade. Isso deveria ser motivo de aplauso porque o descontingenciamento ocorrerá.

Nós fizemos uma reunião com o Ministro da Educação, há algumas semanas; e isso foi dito e reafirmado hoje. Eu peço que nós prossigamos com a pauta sem obstrução, até porque obstruir esses projetos que estão incluídos na pauta de hoje eu penso que é prejudicar servidores públicos e Ministérios que têm prioridades. A Nação espera que essas prioridades sejam solucionadas.

Portanto, eu faço esse apelo, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradecendo as palavras do Deputado Claudio Cajado, eu quero dizer que nós todos aqui da Comissão esperamos efetivamente que esse compromisso seja realizado. Por quê? Porque houve uma negociação típica do Parlamento, republicana, defendendo aquilo que nós julgamos que seria mais importante no momento para o País, que era a continuidade do Programa Minha Casa, Minha Vida. Todos sabem da relevância disso para a Nação brasileira, sobretudo para as classes mais carentes e necessitadas. As universidades federais são uma preocupação de todos, assim como a transposição do Rio São Francisco, pela importância que isso tem para o Nordeste, sobretudo no Nordeste Setentrional, e as bolsas do CNPq.

Então, houve uma negociação que levou a uma experiência única no Parlamento. Eu estou aqui há mais de 20 anos, e essa foi a primeira vez que eu vi se votar uma matéria com 460 Parlamentares presentes, todos votando "sim", sem uma abstenção, sem um "não", com 61 Senadores presentes, todos votando "sim", sem uma abstenção, sem um "não". É evidente que, sobre uma unanimidade como essa que foi alcançada,



não podem — não devem, pelo menos — depois as pessoas achar que não fizeram um papel de construção de uma pauta importante para o País.

Eu não sou avalista de ninguém, mas participei do entendimento, e todos nós esperamos que isso seja cumprido, até porque é evidente — todos nós sabemos — que, no Parlamento, o que vale é a palavra dada, é a palavra empenhada. Se isso não for cumprido, ficam difíceis negociações, compromissos futuros. Isso é elementar aqui e alhures.

Então, diante disso, declaro encerrada a discussão.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório está aprovado. A matéria vai ao Congresso Nacional.

Item 3. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 16, de 2019, do Congresso Nacional, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo federal e de operações oficiais de crédito, crédito suplementar no valor de R\$178.229.045,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Relator: Senador Oriovisto Guimarães. Ao projeto não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do projeto de lei nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Há sobre a mesa um requerimento de autoria do nobre Deputado Nelson Pellegrino:

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 235, inciso III, alínea "d", 7, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada de pauta da votação da matéria da Ordem do Dia do PLN 16.

Há um outro, também do Deputado Nelson Pellegrino, de adiamento de votação.

Então, vou botar em votação...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, pela ordem.

Eu faria um apelo ao Deputado Bolsonaro...ao Deputado Pellegrino. *(Risos.)*

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - O Bolsonaro já não é mais Deputado, não.



O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Ele pode entender como uma provocação. *(Risos.)*

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu acho até que V.Exa. devia fazer um apelo a ele para botar recurso na educação, na saúde, na ciência e tecnologia, nas bolsas, no Minha Casa, Minha Vida, na transposição. Tem que fazer esse apelo a ele.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo ao Deputado Nelson Pellegrino porque esse PLN prevê recursos para fiscalização e controle das barragens, num momento em que nós estamos vivenciando gravíssimos acidentes com a Vale. Eu acho que deixarmos de votar recursos para quem vai fazer essa fiscalização, esse controle, das barragens do País é temerário!

Nós estamos prevendo aqui, com esse PLN, atendimento de despesa de ajuda de custos para moradia dos agentes públicos da Polícia Rodoviária Federal.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - E coletes para a Polícia Federal.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - E coletes para a Polícia Federal.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Nós temos aqui, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, para a CODEVASF, recurso para recuperação hidroambiental. Nós temos, para o Ministério da Cidadania, recurso para o Bolsa Família.

Então, eu faço um apelo para que, se tiverem de obstruir, persigam um projeto que possa ter algum impacto diretamente no Governo, já que V.Exas. agem como Oposição, mas não para as pessoas e para a sociedade, que precisam desses recursos.

Portanto, Deputado Pellegrino, eu acho legítima a postura das Oposições e de V.Exa., como Líder aqui do Partido dos Trabalhadores, mas eu faria um apelo, porque esse PLN é importante, pelos programas a que ele vai servir. V.Exa. estava criticando o Governo por não fazer determinadas ações, por falta de recursos e dotações orçamentárias, que estão contingenciadas, mas quando nós fazemos uma suplementação para ações importantes, obstrui?!

Então, eu disse e repito que o Governo, neste mês de setembro, irá cumprir o descontingenciamento do Ministério de Educação. Estive, inclusive, conversando com o Ministro hoje sobre programas importantes — a Deputada Alice Portugal está aqui — de formação de professores pela CAPES. Nós estamos também com o problema, e o



Ministro está preocupado e irá desenvolver os esforços necessários para que não haja nenhum tipo de problema para a continuidade do programa.

Portanto, o Governo não está parado, mas nós estamos com problema de receita. Neste mês de setembro, temos a expectativa dos recursos que chegarão das instituições financeiras.

Então, eu queria apenas reiterar que obstruir um PLN como este — não sei se V.Exa. viu todas as ações — penso que é extremamente prejudicial às ações que o Governo se propõe a fazer, principalmente neste momento em que nós estamos enfrentando questões ambientais graves. Esses recursos serão necessários para enfrentar essas situações.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós precisamos chamar aqui o feito à ordem. Estamos em encaminhamento de votação. Pode falar um a favor, um contra, na Câmara; um a favor, um contra, na representação do Senado.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, como autor do requerimento, quero me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vou desconsiderar a fala do Deputado Claudio Cajado, porque foi um apelo que ele fez de retirada. Agora vamos abrir a palavra para um falar a favor do requerimento e outro, contra.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, quero falar pela ordem, inclusive diante da fala do Deputado Claudio Cajado.

Vou retirar o requerimento, porque a matéria é relevante. *(Palmas.)*

Espero que esse gesto da Oposição seja acompanhado por um gesto do Governo de encaminhar a esta Casa um PLN suplementando recursos para as bolsas.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Do CNPq.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Do CNPq.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Já houve apalavramento.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Espero que esse gesto seja acompanhado por um gesto do Governo de encaminhar a esta Casa um PLN suplementando recursos para as bolsas do CNPq, além de liberar os recursos que foram acordados na votação do PLN 4.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Isso se chama reciprocidade.



O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Eu agradeço, Sr. Presidente. Eu agradeço sinceramente. Sei que o Deputado Nelson Pellegrino faz isso com toda a responsabilidade que o mandato lhe impõe, mas estamos trabalhando nesse sentido.

Penso que a minha palavra sempre foi séria e honrada. Se estou dizendo que estamos desenvolvendo esforços é porque estamos, tenho certeza. Saí daqui para ter uma reunião diretamente com a Líder do Governo, Deputada Joice Hasselmann, para pontuarmos esta semana exclusivamente essa questão, principalmente da bolsa do CNPq.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, gostaria de colocar só uma frase.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu não concordo. Não pode passar assim esse argumento que o Deputado Claudio Cajado levantou de que agora o elemento é importante, de que os recursos são importantes, de que a Oposição está impedindo que o recurso possa ser liberado para áreas importantes. Não é que a Oposição esteja impedindo, é que o Governo não está fazendo. Esse argumento não podemos aceitar — preciso fazer este registro —, porque o Governo tem como resolver isso muito rapidamente: é só dar a segurança de que não vai faltar dinheiro. Eu não posso aceitar este argumento: *"Agora o tema é importante. Escolha outro tema para fazer obstrução"*. Nós já fizemos do PLN 18, já fizemos outras vezes para demarcar... até que o Governo, que é o responsável por mandar o recurso, mande.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tudo bem.

Com a palavra o Relator, o Senador Oriovisto Guimarães, para a leitura do seu Relatório.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o meu trabalho já foi bastante simplificado pela discussão inicial. O Deputado Claudio Cajado já explicou grande parte do que trata o projeto, mas vou rapidamente resumi-lo, para que todos tenham ciência.

O PLN 16/2019 abre crédito suplementar para os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social da União — Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019 —, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$178.229.045,00, conforme demonstrado num longo relato que aqui faço e que vou resumir.



Para a Presidência da República há uma destinação de 200 mil reais para ajuda de custo ou auxílio-moradia.

Para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, para o Departamento da Polícia Rodoviária Federal, há ajuda de custo ou auxílio-moradia a agentes públicos no valor de 792 mil reais.

Para o Departamento de Polícia Federal, há destinação para aquisição de coletes, armamentos e demais equipamentos de uso individual dos policiais, decorrente de concurso público para provimento de cargos de delegado, perito criminal federal e agente escrivão da Polícia Federal, no valor de 2,1 milhões de reais.

Para o Ministério de Minas e Energia, há destinação de recursos para contratação de consultoria para auxiliar a fiscalização e controle dos empreendimentos com barragens de rejeito, a intensificação da ação fiscalizatória em âmbito nacional — 7,1 milhões de reais —, bem como para o atendimento de despesas com a ajuda de custo de moradia ou auxílio-moradia no valor de 415 mil reais.

Para a Controladoria-Geral da União, há destinação de recursos para a conclusão da obra do edifício-sede da Controladoria Regional da União no Estado do Maranhão no valor de 761 mil reais.

Para o Ministério do Meio Ambiente, há destinação de recursos para o atendimento de despesas com a ajuda de custo de moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos, no valor de 350 mil reais.

Para o Ministério da Defesa, para o Comando da Aeronáutica, há destinação de recursos para a aquisição de duas aeronaves Phenom 100EV, em substituição às aeronaves U-35A do 6º ETA (Ala 1), e suporte logístico inicial de 27 milhões de reais. E para o Fundo Naval, há destinação de recursos para a manutenção preventiva e corretiva dos motores dos navios e aeronaves envolvidos nas operações de Controle de Área Marítima e de Patrulha Naval, em prol do adequado estado de prontidão operativa desses meios navais, no valor de 2 milhões de reais.

Para o Ministério do Desenvolvimento Regional, para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba — CODEVASF, há destinação de recursos no valor de 60 mil reais mais 519 mil reais. E para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos — CBTU, para o pagamento de juros e encargos de dívida, há destinação de recursos no valor de 1,3 milhões de reais.



Para o Ministério da Cidadania, para a administração direta, há destinação de recursos para o pagamento da cota anual à Unidade Técnica do Programa IBERBIBLIOTECAS, no valor de 250 mil de reais; para a correção do Cadastro Único, no valor de 3,6 milhões de reais; para o atendimento a atletas olímpicos e paralímpicos que se candidatarem e cumprirem critérios para concessão de Bolsa Atleta em 2019; para a retomada de editais de bolsas voltadas a atletas não olímpicos e paralímpicos, no valor de 49 milhões de reais; para a Fundação Biblioteca Nacional, há destinação de recursos para a difusão do acervo, sensibilização da comunidade com oferta de produtos culturais de qualidade, no valor de 546 mil reais.

Para as Operações Oficiais de Crédito, atendimento de despesas com financiamento de infraestrutura turística nacional e garantia da execução de políticas públicas no âmbito do Fundo Geral de Turismo FUNGETUR — Ministério do Turismo, há destinação de recursos no valor de 80 milhões reais.

Cabe ressaltar que o pleito em referência será viabilizado, mediante projeto de lei, à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018, relativo a recursos próprios não financeiros, e financeiros, no valor de 81 milhões de reais; e de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de 96,9 milhões de reais.

De acordo com a Exposição de Motivos nº 197, de 2019, do Ministério da Economia, que acompanha o projeto de lei em exame, a propósito do que dispõe o art. 46, da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, Lei de Diretrizes Orçamentárias, os créditos não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício.

Dito isso, Sr. Presidente, passo à análise que basicamente é a seguinte. "Inicialmente, vale consignar que o PLN em exame não possui vícios de inconstitucionalidade, quer no que se refere a sua iniciativa, exercida com fundamento no art. 84, XXIII, da Constituição Federal, quer em relação a aspectos materiais.

A proposição em exame abre crédito suplementar, utilizando como origem de recursos a anulação de dotações autorizadas previamente e a utilização de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018. Nesses termos, encontra respaldo no disposto no art. 43, § 1º, I e III, da Lei n.º 4.320, de 1964.

Conforme assinalado na Exposição de Motivos, a aprovação do crédito é neutra do ponto de vista da obtenção de meta de resultado primário fixada na LDO, além de não



interferir no limite de gasto primário do Poder Executivo estabelecido na Emenda Constitucional nº 95, de 2016, (Novo Regime Fiscal).

Avaliamos ainda que o projeto está redigido em conformidade com os princípios e regras de boa técnica legislativa, mormente no que se refere à observância da Lei Complementar nº 95, de 1998.

No que se refere ao mérito, todas as suplementações solicitadas são notoriamente oportunas e necessárias, como esclarecido na Exposição de Motivos.

Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 16, de 2019-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradecendo ao Senador Oriovisto, pomos, então, o brilhante relatório em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. e as Sras. Parlamentares que o aprovam permaneça como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadoras e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório está aprovado. A matéria vai ao Congresso Nacional.

Agora vamos à apreciação do relatório apresentado o próximo item.

Item 4. Ofício (CN) nº 29, de 2015, que encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.396, de 2011, art. 6º, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica referente ao 1º semestre de 2015 e ao Ofício (CN) nº 5, de 2016, da Autoridade Pública Olímpica — APO, que encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.396/11, art. 6º, Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica referente ao 2º semestre de 2015. Relatora: Senadora Kátia Abreu. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio para arquivo.

A Relatora não está presente, mas designou como seu substituto o Deputado Cacá Leão, que está com a palavra, então, para a leitura do seu relatório.



O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa.

Agradeço também à Senadora Kátia Abreu a nobre missão de ler um relatório apresentado pela distinta Senadora.

Eu queria dizer que, em homenagem ao Deputado Nelson Pellegrino, que reclamou tanto da minha leitura da ata na reunião anterior, vou ler devagar, pausadamente, para que possa ser entendido e compreendido.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Se V.Exa. me permite um aparte, a menina da Taquigrafia foi me procurar porque, na sessão passada, um Senador havia pedido a dispensa, antes de eu pedir a verificação. Ela não lembrava quem ele era nem eu. Isso é um problema, porque está prejudicando as pobres taquígrafas aqui.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Eu vou ler devagar, em homenagem ao Deputado Nelson Pellegrino, o relatório.

Peço licença aos nobres colegas para ir direto ao voto, já que o relatório está publicado, como manda o nosso Regimento Interno.

"Voto

Pelo exposto, em especial dado que o acompanhamento de providências perdeu o objeto pela conclusão dos jogos e a avaliação deve ser feita à vista dos relatórios do período final do evento, voto no sentido de que esta Comissão:

I - tome conhecimento dos Ofícios (CN) nº 29, de 2015 e nº 5, de 2016, que encaminham ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 6º da Lei nº 12.396, de 2011, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica referentes, respectivamente, ao 1º semestre de 2015 e ao 2º semestre de 2015;

II - envie os processados ao arquivo."

Esse é o Relatório da Senadora Kátia Abreu, nobre Presidente Senador Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Relatório está em discussão.

(Pausa.)

Está encerrada a discussão.

Vamos colocá-lo em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.



Em votação na representação do Senado Federal. O Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovadas as matérias em caráter terminativo. As matérias aguardarão interposição de recurso perante a Mesa do Congresso Nacional.

Agora vamos à apreciação do relatório relativo ao próximo item.

Item 5. Ofício nº 03/2017-CN, que encaminha em cumprimento à Lei 12.396, de 2011, art. 6º, Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica referente aos 1º e 2º semestres de 2016. Relatora: Senadora Kátia Abreu. Voto: pelo conhecimento da matéria

A Relatora não está presente.

Passo a palavra, então, ao Deputado Cacá Leão, que está substituindo a Senadora Kátia Abreu.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Isso muito me honra, Sr. Presidente.

Eu peço novamente licença aos meus pares para ir direto ao voto.

"Voto

Pelo exposto, em especial dado que o simples relato de providências de natureza operacional não tem eficácia para fins de controle e formulação de políticas, devendo ser feito um esforço especial de avaliação global do evento, voto no sentido de que esta Comissão:

I - tome conhecimento do Ofício (CN) nº 3, de 2017, que encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 6º da Lei nº 12.396, de 2011, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica referente ao 1º e ao 2º semestres 2016;

II - solicite ao Ministério de Estado da Cidadania, com fulcro no artigo 3º, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006 do Congresso Nacional, as seguintes informações relativas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, nos dois primeiros itens, preferencialmente em planilha eletrônica o banco de dados;

a) evolução da Matriz de Responsabilidades (cláusula terceira, inciso IV, do Protocolo de Intenções anexo à Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011), desde sua criação até o seu encerramento, indicando todos os empreendimentos nela inseridos, ainda que tenham sido posteriormente retirados, especificando objeto, entidade responsável, valor estimado, valor aplicado, condição atual da obra ou serviço, e data da inclusão e eventual exclusão na Matriz;



b) inventário do legado (art. 1º da Lei nº 13.474, de 23 de agosto 2017) em termos de infraestruturas e recursos disponíveis decorrentes dos Jogos, especificando objeto, condição atual da obra ou equipamento, valor estimado para eventual conclusão ou aproveitamento, descrição da utilização hoje concretamente dada à obra ou equipamento;

c) cópia dos estudos de avaliação de eficiência, efetividade e impacto dos Jogos, tendo por objeto a totalidade ou partes do empreendimento, que tenham sido realizados pelo Governo Federal ou, quando de terceiros, de que o Governo Federal tenha conhecimento.

III - quando do recebimento das informações mencionadas no inciso II acima, disponibilize em sua página na Internet o seu conteúdo integral para utilização pelo Congresso Nacional e pela sociedade em geral;

IV - envie o processado ao arquivo."

Esse é o Relatório da Senadora Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O relatório está em discussão.

(Pausa.)

Está encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovada a matéria em caráter terminativo.

A matéria aguardará interposição de recursos perante a Mesa do Congresso Nacional.

Item 6. Apreciação do Requerimento nº 13, de 2019, da CMO, que solicita a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Abraham Weintraub, para prestar informações sobre os últimos cortes e contingenciamentos do Orçamento de 2019 destinado à educação. Autor: Senador Alessandro Vieira. Subscrito pela Deputada Alice Portugal.

Concedo a palavra a uma das autoras do requerimento, a Deputada Alice Portugal.



A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, parece-me algo já manifesto nas diversas falas e nas preocupações de caráter suprapartidário desta Comissão e deste Parlamento trazer o Ministro para esclarecer as perspectivas de sairmos dessa crise e os motivos do corte. Por que os cortes são tão mais expressivos na educação, na pesquisa e na inovação?

V.Exas. sabem que sou oriunda dessa matriz. Infelizmente nós estamos quase perdendo as esperanças. Junto com o Presidente Rodrigo Maia, a ANDIFES e a direção de várias universidades vamos tratar dessa circunstância. A inteligência no Brasil está sob risco. Noventa por cento das pesquisas no País são realizadas no território das universidades federais.

Então, a vinda do Sr. Ministro é algo que me parece indispensável neste momento de formatação do Orçamento. Por isso, fiz a subscrição do Requerimento nº 13, de 2019, do Senador Alessandro Vieira, e peço vênias a esta Comissão para que realizemos essa ouvida do Sr. Ministro da Educação. Quem sabe nesta que não é a Comissão temática da educação, onde as emoções afloram, possamos ouvir do Ministro, de viva voz, quais são as perspectivas de solução, até para que a finalização da peça orçamentária ocorra sob esse diapasão?

Assim, eu solicito a aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputada.

Com a palavra o próximo inscrito, o Deputado Cacá Leão, para discussão da matéria.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a oportunidade de discutir a matéria.

Eu também tenho algumas divergências quanto à política adotada pela Educação, mas não posso deixar de salientar toda a presteza e toda a determinação do Ministro Abraham Weintraub de ouvir e dialogar. Ele, inclusive, estava neste Congresso Nacional na semana passada, se não me engano na Comissão de Finanças e Tributação. Hoje ele estava presente de novo, na Comissão de Finanças e Tributação, também fazendo essa discussão e apresentando inclusive um programa. E, acompanhado por outros Deputados e Senadores, eu tive a oportunidade de comparecer ao Ministério da Educação para conhecer o Programa Future-se, que, acho, vem dar um novo caminho à educação, principalmente na questão das nossas universidades e institutos federais.



Nós temos realizado essa discussão ao longo do tempo. O Ministro já se colocou à disposição desta Comissão de Orçamento diversas vezes e recebeu Deputados seja da base do Governo, seja da Oposição. O Deputado Bohn Gass inclusive me relatou que esteve, há pouco tempo, no Ministério da Educação para acompanhar os reitores em audiência apresentada pelo Ministro Abraham, solicitada por nós e marcada pelo Deputado Claudio Cajado.

Então, não vejo necessidade de um requerimento de convocação do Ministro, até porque acho que foge à tônica desta Comissão. Esse não é o caminho, não é o tom, nem é o diálogo que sempre adotamos aqui.

Eu já me posicionei e me posiciono contrariamente a esse requerimento. Tenho certeza absoluta de que o Ministro terá, e tem, toda a disponibilidade e boa vontade para receber os Parlamentares, para dialogar, para vir e fazer os esclarecimentos necessários, sem que precisemos partir para um requerimento extremo, que acho que não é e não faz parte da praxe utilizada nesta Comissão.

Então, de antemão coloco-me contrário a este requerimento. Entendo que há realmente algumas dificuldades ainda nesse encaminhamento, mas sou testemunha do esforço que o Ministro Abraham tem feito ao longo do tempo. Ele assumiu o Ministério apenas no mês de abril, se não me falta a memória, e já veio diversas vezes tanto à Câmara quanto ao Senado. Tenho certeza absoluta de que ele não irá se furtar, como não se tem furtado, a vir aqui ou a receber Parlamentares, como tem feito ao longo da sua gestão no Ministério da Educação.

Portanto, acho que não há necessidade deste requerimento. Ele foge, como disse anteriormente, à praxe utilizada nesta Comissão. Nós não temos a intenção de apresentar qualquer tipo de requerimento de convocação, até porque os Ministros têm uma pauta que eles vêm, por livre e espontânea vontade, apresentar e fazer o diálogo que se faz necessário entre as partes.

Conhecendo o Ministro Abraham como o conheço, tenho a certeza absoluta de que ele não se furtará a vir fazer esse diálogo no momento oportuno, como não tem se furtado a receber os Parlamentares, seja com pautas individuais, seja com pautas coletivas, que são a pauta de todos, como é a questão do contingenciamento e dos cortes feitos às universidades, o que se tem feito e, graças a Deus, tem-se resolvido, mesmo com toda a dificuldade de recurso. Todo mês nós batemos na pauta de que as coisas vão parar, de



que as coisas vão acontecer, mas, graças a Deus, elas não têm parado. Temos, com diálogo e convicção, conseguido fazer essa discussão.

É com esse sentimento que eu me coloco contrário a esse requerimento de convocação do Ministro da Educação Abraham Weintraub.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O segundo inscrito para falar é o Deputado Claudio Cajado, a quem concedo a palavra.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, quero apenas corroborar as colocações do Deputado Cacá Leão. Penso que, se o Ministro vier neste momento, vai falar mais do mesmo, já que tivemos uma audiência com vários representantes das Oposições.

O Ministro foi claro ao dizer que, em havendo o descontingenciamento, continuará liberando recursos para sua área, tanto para universidades, quanto para diversas outras áreas. Temos aí alguns problemas de ordem financeira no pagamento do FNDE e de outros órgãos, mas isso será equacionado, eu não tenho dúvida.

Penso que, neste momento, esta Comissão já teve a oportunidade de discutir esse assunto de forma ampla — de forma ampla! O Ministro reuniu no seu Ministério todos os assessores da área para dar explicações aos Parlamentares que lá estavam. Nós tivemos essa boa vontade. Inclusive, esse requerimento nem era para estar pautado! Se nós fizemos o diálogo diretamente com o Ministro, que se propôs a nos receber já no dia seguinte, e agora colocamos um requerimento, para que houve então aquela conversação anteriormente? Isso não tem sentido! Então, nós realizamos aquela audiência para termos celeridade na obtenção das informações.

Então, eu penso que o Ministro não se coloca, de forma frontal, em atitude de não comparecer. Pelo contrário! Ele já esteve duas vezes na Comissão de Educação — duas vezes!

Além disso, eu penso que esta Comissão de Orçamento, e quero expor de forma muito clara, não deve ficar convocando Ministro de Estado. Não é essa a missão desta Comissão! O nosso objetivo aqui é discutir matérias congressuais. Convocação de Ministro é da competência das Comissões Permanentes temáticas de cada área, senão nós vamos convocar toda semana um Ministro para explicar determinadas demandas não afetas a esta Comissão, mas, sim, às Comissões Permanentes temáticas.



A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - O tema é o Orçamento, não é a ortografia do Ministro.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Então eu penso que nós podemos muito bem estabelecer, se for o caso de convidá-lo, uma data depois deste mês de setembro. Se estão sendo colocadas as questões do contingenciamento, da restrição da receita, da efetivação que deverá ocorrer este mês, ele virá falar mais do mesmo!

Desculpe-me, mas isso é enxugar gelo, e, sinceramente, não se presta a que otimizemos o nosso trabalho, muito menos o trabalho da Comissão como um todo.

Assim, o Governo pede e orienta contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Paulo Azi.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de salientar que é legítima a iniciativa da Deputada Alice Portugal, até pela oposição ao atual Governo que a nobre Deputada exerce nesta Casa.

Eu prefiro me alinhar às palavras do Deputado Cacá Leão. Veja V.Exa. que o Ministro Abraham praticamente toda semana está nesta Casa. E ele não só tem estado presente a esta Casa, Sr. Presidente, mas também tem se demonstrado um Ministro aberto ao Parlamento. Vários são os Parlamentares que, ao solicitarem audiência com o Ministro, são por ele recebidos, com toda a sua equipe, para debater o tema da educação, para discutir problemas e buscar soluções.

E é claro que não é só o Ministério da Educação que enfrenta contingenciamento. Em toda a Esplanada dos Ministérios, os Ministros têm tido dificuldades orçamentárias, em razão do aperto por que as contas públicas do País passam. Mas é claro que o Ministério da Educação, pela sensibilidade relativa à sua atuação, sempre tem uma ressonância muito maior no âmbito da sociedade. Eu não conheço, até este presente momento, nenhuma universidade ou nenhum instituto federal que tenha paralisado as suas atividades. Não conheço nenhuma universidade no País que tenha conta de luz cortada, que tenha conta de água cortada, por falta de recursos públicos.

Se a Deputada Alice Portugal porventura conhecer, por favor, poderá me informar. Agora, eu acho que a posição que o Deputado Claudio Cajado, Líder do Governo nesta Comissão, colocou é muito pertinente. Vamos deixar o mês de setembro prosseguir, e, quando outubro chegar, se as dificuldades orçamentárias persistirem, nós poderemos...



O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Quando outubro chegar pega bem.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Não é, Presidente? Aí nós poderemos fazer uma solicitação de convite ao Ministro, que, tenho certeza, não terá nenhuma dificuldade de vir a esta Casa debater no âmbito desta Comissão ou de qualquer outra, como, aliás, ele tem feito ao longo da sua gestão à frente do Ministério da Educação.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Senador Marcelo, fui citada e foi-me solicitada uma resposta. Se eu sabia de alguma universidade que teve problemas no funcionamento causados pelos cortes.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. está com a palavra.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - *Para economizar, a UFBA — a nossa universidade — irá funcionar em horário especial. Universidade Federal do Rio Grande do Sul reduz período de funcionamento. Com corte de 15 milhões, Universidade Federal do Acre reduz serviço de limpeza e funcionamento. Universidade Federal de Alagoas reduz horário de funcionamento no período do recesso acadêmico, mas continua agora. Universidades federais reduzem atividades e ameaçam parar no segundo semestre.*

Eu quero dizer, Deputado Paulo Azi, na verdade, que a nossa opinião aqui não é radicalizada. Eu estou aqui colocando um requerimento, que foi redigido pelo Senador Alessandro Vieira, como elemento crucial para impedir uma grande crise no âmbito da educação superior, técnica e tecnológica do Brasil.

Há crise na pesquisa, crise na pós-graduação, crise nas bolsas de estudo, crise na assistência estudantil, crise no funcionamento administrativo, no custeio. Agora, ameaçam a União Nacional dos Estudantes para inviabilizar o movimento estudantil. Então, isso gerará uma crise sem precedentes, e V.Exa. sabe que eu conheço essa área.

Então, é somente isso. A crise já chegou, e a tendência é piorar. O que é que custa? Se não quiser convocar, convide! O requerimento não é meu. Eu apus assinatura, convide. Outubro é tarde! Outubro é tarde! A peça orçamentária está sendo construída.

Então, Srs. Deputados, Srs. Senadores, eu acho que é uma questão de responsabilidade da CMO ouvir o Sr. Ministro. Ultimamente, são tons de gaita e guarda-chuva aberto dentro do Ministério da Educação, num deboche à educação brasileira.

Perdoem-me a incisividade, mas eu acho que é uma questão de responsabilidade suprapartidária, porque isso vai bater na porta de todo o mundo.



Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu peço a suspensão da inscrição enquanto pergunto ao Líder do Governo se a proposta da nobre Deputado Alice Portugal, de substituir convocação por convite, poderia vingar.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Não, Sr. Presidente, até porque...

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - É falta de educação não convidar (*ininteligível*). (*Risos.*)

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Eu justifico por que não. É uma incoerência do requerimento convidar o Ministro da Educação se a matéria é orçamentária. Tem que ser convidado o Secretário Nacional do Planejamento. Nem coerência o requerimento tem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos seguir com as inscrições para discussão da matéria.

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu gostaria, se possível, de subscrever o projeto para manter a coerência.

Eu estou em meu segundo mandato e me lembro do Ministro Cid Gomes em reunião geral no plenário desta Câmara. Eu me lembro do Ministro da Justiça. Eu me lembro do Ministro Joaquim Levy aqui nesta Comissão tendo que explicar por que propunha o corte no seguro-defeso, com as Medidas Provisórias 664 e 665.

Sendo do PSOL, de oposição programática e de esquerda ao Governo, mas ao mesmo tempo por ser de esquerda, eu não queria me somar aos golpistas, que são ávidos em combater muitas vezes o que é justo, proteger injustos e acobertar injustiças. Eu não estou aqui personalizando essa afirmação, mas quero dizer que houve um acordo para a aprovação do PLN 4, não foi? Por uma questão de coerência, nós tínhamos que honrar o acordo. E, já que houve aquiescência para fazer um convite a uma autoridade, conversemos. *"Ministro, por que não foi cumprido o acordo? Por que, em vez de cumprir o acordo de 1 milhão de reais mantido na educação, tirou-se esse 1 milhão e ampliou-se para mais 1 milhão, praticamente?"* Aliás, com a conivência desta Casa. Desculpem-me a expressão forte, mas houve conivência desta Casa, que aprovou aquele PLN 18 na semana passada, para que o Governo cumpra o seu compromisso.

(Não identificado) - O Plenário ainda não...



O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - O Plenário ainda não, mas aqui nesta Comissão, para que o Governo cumpra a sua promessa de pagar propina pela votação em favor da reforma criminosa da Previdência Social... Desculpe-me se alguém se sentiu ofendido.

A verdade é que já chega a 8 bilhões de reais o corte na área da educação. Parece-me que o projeto de orçamento para o ano que vem vai manter cortes na educação. É bom que se diga que até o mês de agosto havia mais ou menos 50% de despesas efetivamente executadas. É possível que nós concluamos este ano com execução real muito abaixo dos recursos efetivamente aprovados em dezembro do ano passado, que se configuraram no Orçamento de 2019.

Então, se a CMO, que vai discutir o Orçamento de 2020, não se acha no direito de conversar com o Ministro de forma respeitosa, como se sempre faz...

"Ministro, por que o senhor mantém cortes na educação?"

Aliás, vamos chamar o Ministro da Ciência e Tecnologia e outros para explicarem por que houve um corte de 50% nas bolsas da CAPES e um corte em torno de 20% nas bolsas do CNPq. Então, nada disso tem a ver conosco? Ora, esta é a Comissão Mista de Orçamento, e nós temos a obrigação de defender aqui o interesse público. E não é possível que não seja interesse público a paralisação da ciência, da tecnologia e da educação.

A Universidade Federal do Pará em setembro não terá como manter suas principais atividades. Isso ocorre de maneira geral em todo o País, apesar do questionamento do Deputado Paulo Azi sobre água, luz, sei lá o quê... É claro que, se está havendo cortes em algumas áreas, tudo faz falta: manutenção, compra de equipamentos, manutenção de equipamentos, além de energia, Internet.

Então, realmente, a situação é muito — muito, muito! — dolorosa para quem acredita na educação e para quem dedica a sua vida à produção do conhecimento científico e à educação de jovens e adultos. Por uma questão de coerência, nós temos que convidar o Ministro — já não é mais nem convocação — e conversar com ele: *"Olha, tenha a nossa solidariedade, já que não é o senhor que decide"*. Como é que o Ministro da Educação não decide, mas manifesta apoio?

E eu concluo o meu pronunciamento. Nós fomos chantageados, porque o Ministro várias vezes repetiu isto em entrevistas: *"Se for aprovada a reforma da Previdência, nós*



poderemos descontingenciar". E o que nós temos é notícia, cotidiana, de corte sobre corte.

Então, há uma crise, um processo recessivo se instalando, para o qual não podemos fechar os olhos. Não podemos deixar de ver isso. Agora, quais são as prioridades do Governo? O Governo tem que assumir. Como é que se discute o sistema da dívida? Paga-se ao dia quase 3 bilhões de reais com juros de serviço da dívida, ainda que não se pague isso, porque nós estamos tendo um déficit. A rigor, acresce-se esse valor à dívida, endividando ainda mais o País.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado, conclua seu pronunciamento, por favor.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Então, por que não se enfrenta essa espiral insustentável do sistema da dívida? Por que não se faz auditoria? Por que não se corta em áreas que não sejam tão estratégicas quanto à educação? Então, se não é obrigação desta Comissão debater isso, eu não sei mais o que é obrigação da CMO.

Vamos aprovar o convite, pessoal! E o debate será, naturalmente, respeitoso, porque é obrigação nossa respeitar as autoridades, mesmo na diferença.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, eu quero, primeiro, saber se o Ministro deve vir ou não a esta Comissão. O Deputado Claudio Cajado levantou a questão que o Ministro viria às comissões temáticas. Esta é uma comissão temática, sim, do orçamento. E nós queremos falar sobre o Orçamento. Nós poderíamos falar com o Ministro Weintraub sobre vários outros pontos. Por exemplo, o Future-se já foi, inclusive, debatido. De fato, seria mais atinente à Comissão da Educação. Mas nós também poderíamos debater esse tema aqui. Eu tenho as minhas discordâncias, porque ele vai tirar dinheiro público — dinheiro público! — e privatizar a educação. Esse é o grande debate que o Ministro da Educação está fazendo, que o Governo está fazendo. Eles estão privatizando a educação.

Poderíamos, por exemplo, falar que eles são interventores. A Deputada Alice Portugal citou exemplos aqui de Estados que tiveram eleições nas universidades, mas não se respeitou a vontade manifesta pelo voto da comunidade escolar, dos professores,



dos servidores, dos alunos e da comunidade que está em volta de uma universidade ou de um instituto federal. Eu vou dar o exemplo concreto da Universidade Federal da Fronteira Sul, com unidades no Paraná e em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Deputado Bohn Gass, permita-me tirar uma dúvida?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Pois não.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente, começou agora a Ordem do Dia no plenário. Como é que fica, nós podemos... Há efeitos administrativos aos Parlamentares. Como é que fica essa questão?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Bom, com o início da Ordem do Dia, resta-nos...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu só quero concluir, Presidente, o meu pronunciamento. Só que a regra da Comissão aqui...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Conclua seu pensamento, para podermos encerrar.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu só gostaria que isso nos fosse informado. Quando há votações na Câmara dos Deputados, em sendo uma Comissão Mista, ela tem que continuar as votações aqui. Eu só gostaria que a assessoria me confirmasse qual é a modalidade que é usada aqui, Presidente.

Frente à questão de ordem, segure o meu tempo aqui. Quando há sessão — e aqui é uma Comissão Mista —, qual é a prática a ser adotada?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Bohn Gass, por favor. Foi-nos informado que a reunião era ordinária. Aí, criou-se a dúvida. E a assessoria está verificando aqui se é ordinária ou se é extraordinária. Se for extraordinária, nós continuaremos. Se for ordinária, nós somos obrigados a encerrar.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Ótimo.

Vou concluir a questão. A Universidade Federal da Fronteira Sul, que existe no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, fez eleição para reitor. A universidade inclusive tem um regimento com regras para o segundo turno. Os dois mais votados fazem uma eleição de segundo turno na comunidade escolar. Obviamente, o mais votado seria o designado reitor.



Nós tivemos uma situação tão atípica que o cidadão que ficou em terceiro lugar, que sequer foi para o segundo turno — e houve mobilização para o segundo turno —, passou a ser o reitor. Isso é uma intervenção. Eu acho que a deve tratar desses assuntos sim, mas não é objeto direto da Comissão. Agora, o objeto temático desta Comissão são os valores, o Orçamento.

E aqui nós temos um corte na CAPES. E a CAPES, neste fim de semana... Eu repito este número: este ano já foram canceladas 11 mil bolsas. Neste fim de semana foram anunciadas mais 5.600 bolsas cortadas, 16 mil bolsas. Não é possível que a Comissão Mista do Orçamento, que trata desses temas, não convoque o Ministro para explicar isso.

Ou nós não queremos a formação acadêmica de mestres, de doutores? No MEC nós temos uma redução, comparativamente a 2014, de 51%. Sobre a CAPES eu já falei. Eu posso falar das universidades federais: comparativamente a 2014, uma queda de 39%. Eu quero insistir aqui, este Congresso, contra a nossa vontade, votou a Emenda Constitucional nº 95. Se nós reduzirmos o Orçamento, nos orçamentos subsequentes — mesmo que a economia tivesse uma reação, não há nenhuma política do Governo para que a economia tenha uma reação e saia da estagnação — o Governo não tem como gastar, porque a emenda constitucional congela os valores apenas o reajuste inflacionário. Então, é muito grave. Nós precisamos falar com o Ministro sobre esse tema.

Então, eu quero reforçar essa ideia. Defendo, sim, a convocação. Se o autor concorda e solicita a transferência para convite, eu estou de pleno acordo com isso. E é importante e tem que ser rápido, e não para outubro. Jogar para outubro é querer que as universidades parem, que os institutos federais parem, que as pesquisas parem. E eu não quero parar a educação do País. Então, jogar para outubro é não querer que haja efetividade do ensino neste ano.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, eu poderia neste momento falar de contingenciamentos no Ministério da Educação em Governos passados, do sucateamento das universidades em Governos passados, mas isso é fato público e notório, Líder Joice Hasselmann. Então, eu gostaria de ressaltar aqui que o Ministro da Educação esteve no Plenário da Câmara dos



Deputados prestando esclarecimentos, fato que não acontecia nesta Casa há muitos anos.

Eu gostaria de lembrar que o Ministro da Educação já esteve inúmeras vezes na Comissão de Educação. Na semana passada, ele estava na Casa prestando esclarecimentos.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Hoje!

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - O Deputado Cacá Leão me lembra que o Ministro estava hoje nesta Casa, na Comissão de Finanças e Tributação. Então, o Ministro da Educação tem tido um relacionamento republicano com esta Casa, sempre se colocando à disposição para qualquer tipo de esclarecimento.

Aliás, ele já convidou inúmeros Deputados, até da Oposição, para irem até o Ministério da Educação quando tiverem eventualmente dúvidas, sugestões, críticas. Então, para não me alongar muito, porque essa matéria já foi discutida, eu acho que já temos que ir para o voto. Eu gostaria de deixar isto registrado, porque a pessoa que nos está acompanhando pela Internet e vê o discurso da Oposição acha que o Ministro da Educação não faz questão de vir a esta Casa. Pelo contrário, toda semana o Ministro da Educação está aqui na Câmara dos Deputados.

Então, Sr. Presidente, o PSL vai encaminhar o voto contrário a essa convocação, porque, na nossa visão, é mais uma chicana da Oposição. Eventualmente, eles podem ir à Comissão de Educação, que é a Comissão temática própria para esses fins.

Então, o PSL vai orientar o voto "não".

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Presidente, peço a palavra só para retirar o requerimento que eu havia apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Márcio Marinho.

O SR. MÁRCIO MARINHO (REPUBLICANOS - BA) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, eu também, desde já, quero aqui, de forma gentil, respeitar o posicionamento do Senador Alessandro Vieira e da Deputada Alice Portugal, que fazem o papel que a Oposição tem que fazer. Já foi colocado aqui pelos colegas que me antecederam que em nenhum momento o Ministro causou óbice em vir a qualquer Comissão. É evidente que nós precisamos fazer o Brasil andar. E toda vez que o Ministro vem aqui a esta Casa, lógico, atendendo com todo o respeito a convocação ou a convite,



de certo modo muita coisa para no Ministério. E já foi colocado aqui que ele não tem nenhuma dificuldade em responder aos questionamentos da Oposição.

O Deputado Cacá Leão já disse aqui que hoje mesmo o Ministro estava nesta Casa. Eu tenho certeza de que os questionamentos que a Oposição quer fazer ao convocá-lo a esta Comissão serão os mesmos questionamentos feitos hoje pela manhã.

Então, eu quero aqui encaminhar o voto contrário do meu partido, Republicanos, à vinda do Ministro a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Vicentinho Júnior.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, boa tarde.

Eu queria apenas reforçar, primeiro, o respeito que esta Comissão e que este Parlamentar têm pelos colegas que me antecederam, no caso, o Deputado Edmilson, a Deputada Alice Portugal, pois aqui ninguém tem dúvida do conhecimento profundo que ela tem com relação à pauta da educação. Aliás, a educação tem que ser e sempre será o eixo basilar de toda sociedade organizada. Os membros desta Comissão não se furtam ao compromisso e à responsabilidade de discutir o orçamento necessário a ser aplicado ainda neste ano vigente, em 2019, para o Ministério da Educação, além do planejamento das PLOAS para o ano de 2020.

Aqui, já pela terceira vez nesta Comissão Mista de Orçamento durante os meus mandatos, eu vi, muitas vezes, convites serem feitos, convocações serem feitas. E, mais do que a narrativa da Oposição ou da base de Governo, deve haver a narrativa do bom senso. Esta é uma Comissão que, diferente de outras da Casa, só anda, aprova e dá os resultados que o Brasil merece em cima de bom senso, Deputado Claudio Cajado.

Vi agora há pouco o Deputado Nelson Pellegrino se convencendo a partir dos argumentos de um Líder do Governo. Usou-se o bom senso. E o bom senso e o bom tom dizem que, quando se vai tratar de uma questão de orçamento... E o Ministro da pasta, que está há menos de 8 meses à frente do Ministério da Educação, pede a compreensão e o crédito de, pelo menos, 1 mês a mais para que ele possa, depois de colocar a sua gestão em ordem, com a equipe de trabalho no dia a dia alinhada, entendendo por que assumiu e sabendo o que tem que fazer... Eu acho que nada mais justo, Deputada Joice, do que dar crédito ao nosso Ministro da Educação.



Agora, após o mês de setembro, façamos o convite devido para que ele venha aqui explicar quais foram os avanços da educação no mês de setembro, porque, se formos olhar o número de ameaças que foram levantadas na imprensa, o número de suspeitas que pairaram sobre o Ministério dele... Em Tocantins, por exemplo, há 3 meses, levantou-se a discussão de que os institutos e a faculdade federal iriam fechar na semana seguinte em decorrência dos ajustes orçamentários que o Ministério fez. Virou um temor, professores indo às ruas; alunos indo às portas dos Parlamentares nos cobrar responsabilidade, como se fossemos nós os culpados pela falta de orçamento hoje por gestões do passado. Não! O que nós todos queremos é que o Ministério ande, caminhe e que a educação sempre seja esse eixo que leva o Brasil à frente.

Então, é justo que nós possamos aqui hoje dar não uma derrota a esse requerimento, mas a oportunidade de o Ministro da Educação praticar no mês de setembro o crédito que ele quer ter para mostrar que agora a casa está em ordem, agora os contingenciamentos, os cortes — prefiro dizer que são reajustamentos orçamentários — foram feitos de maneira a se respeitar a realidade por que o Brasil passa, a se respeitarem os alunos e professores da educação do Brasil adentro, para que a coisa ande.

Então, é justo, como aqui dito pelo Deputado Claudio Cajado, que possamos dar esse crédito ao Ministro, que é merecedor, até porque, em todas as outras Comissões que tratam de temas específicos, a não ser a do orçamento, sempre se fez presente. A quem tem crédito dá-se o crédito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Encerrada a discussão.

Os autores do requerimento não se acham presentes.

O requerimento fica retirado de pauta.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Não, Presidente.

Eu vou subscrever o requerimento, então.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Deputado Bohn Gass subscreverá o requerimento. *(Pausa.)*

O requerimento está subscrito pelo Deputado Bohn Gass.

Então, vamos colocá-lo em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado o requerimento na Câmara dos Deputados.



Requerimento nº 7.

Apreciação do Requerimento nº 14, de 2019, da CMO...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Está prejudicado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Por quê?

Requerimento nº 14/2019: *"Requer a inclusão da Sra. Lunda Botelho na audiência pública no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para debater a importância da realização do CENSO em 2020"*, conforme Requerimento nº 7, de 2019, aprovado em 21/5/2019.

Autor: Deputado Orlando Silva. Também está ausente.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sr. Presidente, se eu puder subscrever... Eu queria justificar e pedir ao Deputado Cacá Leão e aos colegas aqui acordo para inclusão de uma senhora no debate, apenas.

Você sabe que o Censo está sendo debatido. Vai ter uma audiência pública sobre isso.

É importante que possamos debater o assunto, porque vão ser cortados recursos importantes para os nossos Municípios.

É apenas a inclusão de mais um nome.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa., então, subscreve o requerimento?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu o subscrevo. Só peço atenção para poder...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em discussão o requerimento.

(Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, apenas para retribuir a atenção das Oposições com os PLNs, o Governo vota com V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Esse é o verdadeiro espírito da CMO.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Um dia vai ser a votação principal com o Governo votando conosco. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.